PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 132 DEZEMBRO de 1978 ANO XIV

NESTE NÚMERO:

OS INIMIGOS DO POVO DEVEM SER DERROTADOS

Impossível realmente tapar o sol com uma peneira. Admitam ou não os generais, a ditadura está isolada, acuada pela oposição crescente. E a luta do povo vai abrindo caminho à conquista da liberdade política. Esta a realidade incontestável.

O resultado das eleições de 15 de novembro, nesse sentido, é um dado importante. Assinala o repúdio generalizado ao regime nefasto dos generais. Mas não é o único. A condenação da ditadura abrange um campo mais vasto. Expressa-se nos protestos contra as "reformas" reacionárias de Geisel, contra a lei fascista de segurança nacional, contra a repressão e a tortura de presos. Exprime-se no movimento de larga amplitude em prol da anistia geral e irrestrita, no extenso e vigoroso combate à carestia de vida, nas greves operárias em aumento, na luta dos camponeses pela terra, nas ações pela reconstrução da UNE. O descontentamento se faz presente nos atos dos que votaram e dos que não votaram. Onde quer que se observe o panorama político, repete-se o mesmo quadro – inconformismo aberto com o regime, exigência de mudanças profundas na situação nacional. O povo brasileiro não está disposto a suportar o despotismo.

Todavia, os generais aferram-se à defesa do arbítrio. Ainda que em palavras declarem-se propensos a normalizar a vida política do país, na prática, preparam-se para continuar mantendo a dominação castrense. Haja vista as providências de Geisel nestes últimos tempos: "reformas" que incorporam à Carta reacionária de 1967/69 o Ato Institucional nº 5 e o pacote de abril; estado de emergência e medidas de emergência sob o pretexto de salvaguarda do Estado; reformulação, ou melhor, reafirmação da lei de segurança incluindo a censura, a apreensão de livros e jornais, as prisões clandestinas. Acrescente-se a isto a próxima investidura do general Figueiredo, dos governadores nomeados, dos senadores biônicos, da maioria pré-fabricada do Congresso.

Face ao crescimento da oposição, os generais põem as manguinhas de fora. Remanejam os comandos das Forças Armadas, colocando nos postos-chave a fina flor do reacionarismo, os mais obtusos e truculentos "gravatas de couro". Desbragam-se em declarações públicas, ameaçadoras, reiterando jamais permitirem a volta ao passado (quer dizer, a um regime de relativa liberdade), insistindo em proclamar que a pretensa revolução de 64 irá prosseguir.

Engane-se quem quiser. Esses rancorosos inimigos do povo não se afastarão dos postos usurpados por livre e espontânea vontade. Nem darão qualquer passo no sentido

da real democratização do Brasil. Agindo em função dos interesses da reação e do capital financeiro internacional, assim como de diferentes camarilhas militares, tudo farão para permanecer nas posições que ocupam.

Com este objetivo, ao lado das medidas reacionárias, tentam dividir e enfraquecer a oposição, apelando para manobras ardilosas saídas do bestunto do general Golberi, velho servidor da Dow Chemical C^{o}. Embora até o momento tenham fracassado em seus intentos, continuam pescando em águas turvas. A nova isca lançada à procura de adesistas é a suposta inclinação democratizante do futuro "presidente". Figueiredo seria o homem da "abertura", da continuidade das "reformas". Estaria inclusive disposto a "pacificar" a família brasileira...

É certo que não falta quem morda a isca. Há os que chegam a oferecer ao bitolado candidato a ocupante do Planalto "um espaço político de dimensões históricas" na vida nacional. Outros, sem qualquer apoio na realidade, divagam em torno do tema "governo de transição". Coincidem, neste particular, com as posições do senador ianque Edward Kennedy, que diz haver "sinais positivos" na próxima Administração do general Figueiredo. Por sua vez, os revisionistas de Prestes preparam-se para abrir-lhe crédito de confiança. O sinal verde foi dado pelo embaixador da União Soviética que, às vésperas do Natal, presenteou o ex-chefe do SNI com vodka e bugigangas russas. Tais elementos tratam de defender a redução do programa mínimo das oposições. Querem limitá-lo à anistia e à constituinte, pondo de lado a reivindicação fundamental da abolição de todos os atos e leis de exceção, isto é, a conquista da liberdade. E isto depois de ter sido decretada a nova lei de segurança! Reduzindo o programa, eles ficam a um passo da reivindicação de anistia e constituinte com Figueiredo. Afinal que constituinte seria essa, sem a abolição imediata de todos os atos e leis de exceção? Quem assim procede almeja unicamente uma "abertura", seja lá qual for, e não a profunda mudança que o país exige. No fundo, são adesistas disfarçados, envergonhados.

O povo brasileiro não pactua com semelhantes idéias. As eleições do mês passado assim o atestaram. Figueiredo não é partidário da democracia, nunca foi defensor de um regime constitucional democrático. Tampouco goza de qualquer independência política. É o homem de palha das camarilhas militares ultra-reacionárias, um continuador fiel da orientação antinacional e antipopular. Representa os que o indicaram e o alçaram ao poder, expoentes da reação interna e agentes dos espoliadores estrangeiros. É aquele que disse, na chula linguagem de quartel, que se o povo exigir maiores liberdades, ele explodirá junto com as Forças Armadas... Nenhuma tolerância ou conciliação com o governo de Figueiredo se justifica. A tática de apoiá-lo para pressioná-lo num sentido democrático é totalmente falsa e conduz exatamente ao rumo contrário daquele que se pretende. Leva à desmoralização dos conciliadores e tende a enfraquecer a luta pela conquista dos direitos efetivamente democráticos.

Na presente situação, de avanço do movimento popular e patriótico, assim como de crise do regime ditatorial, impõe-se o desmascaramento das manobras palacianas e o combate enérgico à conciliação. Conciliação é crime, traição ao esforço heróico de quinze anos de luta do nosso povo para derrocar a ditadura e alcançar a liberdade política, a mais completa, condição primordial para o debate e o encaminhamento da solução dos problemas que afligem a nação.

Ao revés de conciliação – luta firme e decidida contra Geisel e Figueiredo, ampliação e coesão das oposições. Ao invés de reduzir – reafirmar o programa mínimo de três pontos, que tem servido de base à união e às vitórias das forças democráticas: por uma Constituinte livremente eleita (convocada por um governo provisório democrático); pela abolição total e imediata de todos os atos e leis de exceção; pela anistia geral e irrestrita. Os inimigos do povo devem ser derrotados e não incensados.

Ninguém poderá deter a marcha dos brasileiros amantes da liberdade, do progresso e da independência nacional, que se reforça e cresce em extensão e combatividade, tendo em vista livrar o país do governo dos militares fascistas, odientos e odiados pelas massas.

Somente a luta firme e cada vez mais firme contra o regime tirânico poderá transformar em realidade as mais sentidas e profundas aspirações do nosso povo.

A FESTA DA LIBERTAÇÃO DA ALBÂNIA

Mensagem do Comitê Central do PC do Brasil ao Partido do Trabalho da Albânia por motivo do 34º aniversário da libertação desse país.

Ao camarada Enver Hodja
Ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

Queridos camaradas

Congratulámo-nos com o Partido do Trabalho da Albânia e com todo o povo albanês pela passagem do 34º aniversário da libertação do seu país do jugo estrangeiro, representado pelas tropas de ocupação nazi-fascistas que semearam a morte, o terror e a destruição por onde passaram. Levantando-se heroicamente em defesa da independência nacional e do progresso social, os albaneses derrotaram seus inimigos mortais, obtendo uma brilhante e expressiva vitória.

A data da libertação coincidiu praticamente com a da conquista da independência nacional, em 1912. Numa e noutra luta, de sentido histórico, outrora contra os escravizadores do império otomano e, mais recentemente, contra italianos e alemães, a nação albanesa, unida e ardente de entusiasmo patriótico, revelou raras qualidades de firmeza, persistência e valentia que lhe valeram o respeito dos povos de todo o mundo.

A Albânia jamais mediu a sua força pelo número de seus habitantes ou pela dimensão do seu território. Tampouco, comparando-a com a superioridade da de seus adversários. Mediu-a sempre pela justeza da causa que defende, pela necessidade e oportunidade do combate, pelos direitos que lhe assistem. Por isso, embora uma nação pequena, sua força torna-se imensa, obstáculo insuperável a todos que pretendem subjugá-la. Com a razão do seu lado, reune o apoio e a simpatia daqueles que amam a liberdade e odeiam as injustiças e a opressão em qualquer parte do mundo.

A grande jornada libertadora da década de 40 marcou uma nova etapa na vida da nação albanesa. Juntamente com os invasores estrangeiros, foram também derrotados os

seus lacaios, os reacionários feudais-burgueses. Sob a sábia direção do PTA e do seu eminente líder, o camarada Enver Hodja, a Albânia ingressou no caminho glorioso da construção do socialismo. E assim, o antigo e atrasado país do Adriático transformou-se, num prazo relativamente curto, na florescente e avançada República Popular Socialista. As mazelas do velho regime desapareceram, criou-se uma sociedade nova, fundada na justiça social, na fraternidade proletária, nos ideais do comunismo.

A Albânia é um exemplo luminoso para todos os explorados e oprimidos. Indica que o caminho da liberdade, da superação da pobreza e do atraso, da valorização dos que produzem, da verdadeira independência nacional, da realização dos profundos anseios populares passa, obrigatoriamente, pela estrada real da revolução, dirigida por um partido de vanguarda da classe operária. Foi a revolução que mudou a fisionomia da Albânia, trazendo a primavera dos dias de felicidade, bem-estar, cultura e progresso que hoje desfruta. Foi a revolução que colocou a Albânia num lugar de destaque na comunidade das nações, que a converteu no farol do socialismo na Europa e no mundo. Guiou-lhe os passos o marxismo-leninismo, a doutrina invencível do proletariado.

Ao comemorar o 34º aniversário de sua libertação, o povo albanês tem todos os motivos para sentir-se orgulhoso da trajetória percorrida. Não foram vãos os sacrifícios da luta. Os que tombaram cheios de glória nos campos de batalha fecundaram, com seu sangue generoso e com suas vidas preciosas, o solo de onde brotou a liberdade, o trabalho livre e criador, o socialismo triunfante. Os êxitos alcançados têm significação histórica. Pertencem ao proletariado albanês e também ao proletariado internacional em luta contra o imperialismo, o social-imperialismo e a reação mundial.

Amigo verdadeiro do povo albanês, do seu heróico Partido do Trabalho, o Partido Comunista do Brasil junta-se, na comemoração desta data, ao entusiasmo e a alegria das massas populares da Albânia, unidas em torno dos seus provados dirigentes, com o camarada Enver à frente, augurando-lhes novos sucessos na construção do socialismo.

Fraternalmente

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

BREVE HISTÓRICO DAS DIVERGÊNCIAS COM O PC DA CHINA

Vai formando tradição no Partido Comunista do Brasil a luta contra o revisionismo – essa velha tendência oportunista, uma e outra vez ressurgida no seio do movimento operário. Desde a sua reorganização, em fevereiro de 1962, o Partido não tem cessado o combate às diferentes modalidades revisionistas que apareceram no país e no exterior.

A reorganização mesma do Partido foi feita no fogo da luta contra o oportunismo que o dominou a partir da segunda metade da década de 50 e que conduziu à divisão nas fileiras comunistas. Nestes dezessete anos, os marxistas-leninistas desmascararam as teses reformistas, social-democratas, do agrupamento prestista, a serviço da burguesia brasileira e do social-imperialismo soviético.

Já em 1963, o PC do Brasil, num documento intitulado CARTA ABERTA A KRUSCHOV, delimitava os campos com os traidores da Revolução Russa e do marxismo-leninismo. Mostrava o caráter contra-revolucionário das principais teses do XX Congresso do PCUS. Em 1968/69, denunciou a transformação da URSS em superpotência social-imperialista pretendente ao domínio mundial.

Os marxistas-leninistas brasileiros sustentaram uma acirrada luta ideológica contra o titismo, a partir de 1948. Mais tarde, Prestes e seus seguidores, a reboque dos revisionistas soviéticos, "reabilitaram" Tito e suas pseudo-contribuições ao marxismo-leninismo, mas o PC do Brasil, no início da década de 60, retomou a posição anterior de combate ao titismo, agência dos imperialistas ingleses e norte-americanos, empenhado na tarefa de solapar e destruir o movimento revolucionário e socialista.

Tampouco o PC do Brasil passou em silêncio o deslizamento da Revolução Cubana para o charco do revisionismo. Revelou, em toda a sua extensão, o significado da teoria foquista, uma forma de oportunismo de "esquerda", contrária à prática comprovada da ação revolucionária de tipo leninista. Posteriormente, o Partido apontou a adesão do castrismo às teses e à política dos social-imperialistas russos, que o utilizam em todos os terrenos na aplicação de sua estratégia hegemonista.

Na atualidade, o PC do Brasil realiza um combate sistemático ao maoismo, à teoria contra-revolucionária dos três mundos, à via capitalista-imperialista seguida pela

China. Justamente neste artigo vamos expor, mais detalhadamente, divergências de princípios entre o PC do Brasil e o Partido Comunista chinês.

Esta seqüência de posições anti-revisionistas traduz a coerência da linha política e ideológica adotada pelo Partido Comunista do Brasil desde a sua reorganização, linha revolucionária baseada no marxismo-leninismo, única doutrina capaz de guiar o proletariado para a sua completa e real emancipação.

ANTIGAS AS DIVERGÊNCIAS COM O PCCh

O combate ao maoismo, que agora se intensifica, suscita entre trabalhadores e amigos do Partido uma série de indagações, tais como: são recentes ou antigas as divergências com o PCCh? ; se são antigas, em que se expressaram concretamente? ; teriam as teses falsas do maoismo influído na linha partidária? ; como justifica o Partido os elogios que fez a Mao Tsetung? ; e, por que o Partido não desmascarou há mais tempo o pensamento Mao Tsetung? Enfim, são perguntas que merecem esclarecimentos, mesmo provindo de pequenos círculos. Além disto, os esclarecimentos ajudam a compreender melhor a orientação marxista-leninista da vanguarda do proletariado brasileiro.

Ao PC do Brasil cabe expor, ampla e documentadamente, sua conduta política, não só com relação ao presente mas também ao passado. O Partido reforça sua unidade e ganha a confiança das massas quando fala a verdade e não teme reconhecer erros acaso cometidos em sua atuação.

As discordâncias com o PCCh já são antigas. Vêm, de certo modo, desde o restabelecimento de relações, em 1963, entre os dois Partidos – o do Brasil e o da China.

Já no primeiro contato, ocorrido em princípios desse ano, surgia a primeira discrepância. Na conversa que manteve com a nossa delegação, Mao Tsetung expressou a opinião de que os partidos comunistas têm, em suas fileiras, três alas: uma de direita, outra de centro e outra de esquerda. Para comprovar sua afirmação, deu o exemplo da China. "Aqui – disse ele – o PC conta (na época) 17 milhões de membros: 5 milhões pertencem à direita, 5 milhões à esquerda e 7 milhões ao centro. Não há – afirmava – nenhum perigo nisto, porque a esquerda se junta com o centro e forma uma grande maioria, neutralizando ou isolando a direita". De retorno ao país, nossa delegação, constituída pelos camaradas Amazonas e Lincoln Oest, expôs essa opinião de Mao Tsetung. O assunto foi debatido, entre outros problemas, no Comitê Central. A maioria de seus membros manifestou-se contrária a essa tese que importava numa concepção de frente-única, de coexistência de diferentes tendências e linhas no seio do Partido, o que é incompatível com os princípios leninistas de organização. Ainda admitindo, no debate de uma questão concreta, o surgimento de uma divisão daquela natureza nas hostes partidárias, tal divisão só poderia ser momentânea e em torno de uma dada questão, não poderia perdurar sem pôr em risco a unidade do Partido.

Em 1967, os chineses difundiam em larga escala a idéia de que o pensamento Mao Tsetung era uma nova etapa do marxismo-leninismo. Alteraram a própria grafia do nome de Mao a fim de adaptá-lo à fórmula – marxismo-leninismo-pensamento Mao Tsetung. Esta fórmula começava também a ser admitida por vários partidos marxistas-leninistas. O Comitê Central do PC do Brasil considerou necessário definir-se sobre o assunto. E chegou à conclusão de que o pensamento Mao Tsetung, embora então considerado por nós marxista-leninista, não era uma nova etapa da doutrina da classe operária. Por isso, o Comitê Central reafirmou, numa resolução aprovada com apenas um voto contra, que o PC do Brasil guiava-se única e exclusivamente pelo marxismo-leninismo. Neste fato, evidencia-se já séria restrição ao maoismo, então apresentado como um desenvolvimento criador da ciência social mais avançada.

No curso da Revolução Cultural, uma delegação do Comitê Central do nosso Partido ouviu, em Pequim, em 1967, longa exposição feita por dirigentes chineses, entre os quais Kang Cheng, membro do Birô Político, a respeito das contribuições que Mao teria dado ao marxismo. Talvez quisessem, indiretamente, convencer-nos a aceitar a fórmula marxismo-leninismo-pensamento Mao Tsetung. Entre outras coisas, afirmaram que Mao Tsetung superara Marx, Engels, Lênin e Stálin na definição das leis da dialética. Enquanto – diziam eles – Marx, Engels e Lênin afirmavam serem três, e Stálin, quatro, as leis da dialética, Mao Tsetung chegara a conclusão genial de que existia uma única lei da dialética – a da unidade e luta dos contrários. Também esta opinião mereceu reparos no Comitê Central do PC do Brasil, quando do retorno da delegação. Dela discordamos. A opinião atribuída a Mao parecia-nos, além de unilateral, perigosa. E um exagero sem cabimento, porque o que ele escrevera sobre o assunto, quando muito, podia ser considerado vulgarização didática das idéias dos clássicos do marxismo, e não uma obra original, fundamentada acerca de problemas filosóficos.

Tampouco concordamos com a afirmação de Mao Tsetung feita no Apelo em favor dos negros norte-americanos. Nesse Apelo, divulgado em todo o mundo, declara que o "sistema colonialista e imperialista cuja prosperidade começara com a escravização e o tráfico dos negros desaparecerá com a libertação dos povos de raça negra". Mais tarde, num outro Apelo do mesmo conteúdo, reafirmou semelhante ponto de vista. "Disse e repito", assim se expressou categoricamente sobre a questão. Na direção do nosso Partido manifestamos opinião contrária. Julgamos incorreta essa caracterização do imperialismo. Se bem que o colonialismo remonte datas muito distantes, o sistema imperialista (e colonialista), tal como definiu Lênin, é uma etapa superior do capitalismo, que nasce em fins do século passado e começo deste século, com a formação dos monopólios, e que terminará, não com a emancipação dos povos de raça negra, ou de qualquer outra raça, mas com a destruição do capitalismo e a implantação da ditadura do proletariado à escala mundial.

Reagimos à opinião da direção chinesa no concernente ao partido e ao regime existentes na Romênia. Publicamente, dizia-se que o PC da Romênia era marxista-leninista e esse país, socialista. Segundo pensava (e pensa) o nosso Partido, o PC romeno era e é revisionista, o regime ali reinante há muito deixou de ser socialista. A Romênia foi o primeiro país da Europa de Leste a receber, com grande pompa, Nixon, na época o representante máximo do imperialismo norte-americano, esperando nele encontrar "proteção" e também "ajuda" financeira. Se os romenos resistiam em certa

medida ao social-imperialismo russo, partindo de posições nacionalistas, nunca deixaram de alinhar-se com ele em questões importantes, sendo um dos participantes do Comecon e do Pacto de Varsóvia.

Expressamos também à direção chinesa nossa estranheza por sua posição em relação aos governantes da Birmânia. Eles estavam empenhados numa luta feroz contra os revolucionários em armas, assassinavam friamente os comunistas, inclusive dirigentes do PC da Birmânia. Os chineses apoiavam os dois lados: os amigos e os inimigos. Aos inimigos forneciam créditos e instalações completas de fábricas modernas. Semelhante apoio, em nosso entender, era de todo injustificável. Refletia pragmatismo, incentivo político e material às forças reacionárias. Demos nossa opinião a Chu En-lai que a considerou infundada sob o pretexto de que, com a vitória da revolução, ditas fábricas reverteriam em favor do povo. Ora, tal raciocínio, aplicado ao Brasil, justificaria plenamente os investimentos norte-americanos, alemães, japoneses, etc. (que depois da revolução passariam às mãos do povo) e desarmaria politicamente o movimento revolucionário. Neste esdrúxulo raciocínio a dialética funcionava ao contrário. Ao invés de os aliados da revolução juntarem-se ao esforço dos que lutam pela derrubada dos opressores, combatendo-os em todos os terrenos, deveriam incentivar e ajudar os espoliadores porque, no final das contas, esse incentivo e ajuda redundariam em benefício dos oprimidos...

Manifestamos também discordância na questão do reconhecimento e apoio a mais de um partido proletário em cada país. A existência de um único partido proletário, nos diferentes países, é um princípio leninista, originado do fato de que são comuns e indivisíveis os interesses da classe operária. A criação de vários partidos num só país conduz à quebra da unidade de pensamento e de ação nas fileiras operárias, divide e dispersa suas forças. Não obstante, a direção chinesa não só apoiava distintos partidos, chamando-os todos de marxistas-leninistas, como fomentava o surgimento de novos partidos, incluindo agrupamentos constituídos por renegados e traidores, recebia e auxiliava fracionistas, elementos que haviam capitulado vergonhosamente na polícia etc.

Despropositada e nacionalista nos parecia a decisão chinesa de negar participação de convidados estrangeiros aos congressos de seu Partido. Na ocasião do IX Congresso do PCCh, o camarada Maurício Grabois encontrava-se na China, e somente no momento da partida lhe informaram da sua realização, ocorrida naqueles dias. Se é certo que pode haver congresso de partido marxista-leninista sem a presença de convidados, a praxe internacionalista é convidar os partidos irmãos a assistir as assembléias supremas dos partidos que se acham no poder. Os chineses não apenas decidiram vetar essa participação como passaram a teorizar sobre o assunto, tentando estendê-la a outros partidos. A menos que se trate de esconder fraquezas e erros, nada explica essa decisão insustentável. Os congressos dos Partidos que se acham à frente de países socialistas são motivos de amplos debates e tomada de posição sobre problemas da construção do socialismo, representam ao mesmo tempo manifestações de internacionalismo proletário, prestação de contas não só aos trabalhadores do país onde se realizam como também aos de todo o Globo.

Nossas divergências com a direção chinesa a respeito do **terceiro mundo** e da inclusão da China nesse grupo de países, são conhecidas desde há muito. Nunca

aceitamos essa classificação genérica, alheia à análise de classe das forças em presença nesses países, e ainda menos a afirmação de que a China por ter um nível de desenvolvimento das forças produtivas relativamente baixo, a ele pertence. Em todos os documentos do nosso Partido, quando nos referimos à classificação em uso pelos chineses, e para marcar nossa discrepância, sempre escrevemos – **o chamado**, **o pretenso**, **o suposto**, **o denominado** terceiro mundo.

Repudiamos a posição da China ao convidar Nixon para uma visita oficial àquele país. Alegava-se, para justificar o convite, que Nixon lá chegara com a bandeira branca na mão. Mas os chineses também o receberam com a bandeira branca na mão, renegando as posições anteriores de combate ao imperialismo ianque. A verdade é que essa visita marcava um ponto de viragem na orientação da China, aproximando-a dos Estados Unidos, feroz inimigo da Humanidade. Já antes, Mao Tsetung se pronunciara em termos inaceitáveis a um escritor norte-americano, Edgar Snow, credenciando-o praticamente a explorar junto à Casa Branca a possibilidade de semelhante encontro. O PC do Brasil considerou inoportuno o convite a um dos mais sanguinários e arrogantes expoentes dos monopólios estadunidenses que, na ocasião, tinha as mãos sujas do sangue vietnamita derramado em defesa da independência e da reunificação de sua Pátria. Depois de afastado da Presidência dos Estados Unidos, o governo chinês – para acentuar sua amizade com semelhante tipo e defender os acordos com ele concertados – convidou-o novamente a visitar a China, onde lhe prestaram, com a presença de Mao, invulgares homenagens. A CLASSE OPERÁRIA, em sua edição de agosto de 1974, emitiu uma vez mais sua opinião sobre o malfadado serviçal do imperialismo: "Murcho, cabisbaixo, pesaroso por perder o cargo, Richard Nixon deixou a presidência dos Estados Unidos" (...) "Apareceu de corpo inteiro: corrupto e corruptor, sonegador de impostos, falsário, trampolineiro, vigarista de marca maior. E mais que isto: assassino e criminoso de guerra. Num relance, milhões de pessoas puderam ver o estofo moral do presidente da mais forte potência capitalista do mundo". (...) "Este politiqueiro velhaco há seis anos governava os Estados Unidos".

Repelimos, igualmente, a conduta chinesa com relação ao governo de Pinochet, verdugo do povo chileno. Apesar de os governantes chineses dizerem tratar-se unicamente de relações na esfera estatal, sem que isso significasse apoio à ditadura, difícil era dissociar uma coisa da outra. Na realidade, os representantes da China, ostensivamente, respaldavam o regime tirânico e assassino imposto pelas Forças Armadas do Chile, vendo nele um lado positivo – o da oposição à União Soviética, e tendo em conta que o Chile era um país do **terceiro mundo**... Os povos da América Latina, adversários tanto do imperialismo ianque como do social-imperialismo e de seus lacaios jamais aceitaram esse apoio inadmissível. Num artigo publicado em outubro de 1973, em A CLASSE OPERÁRIA, diziamos: "O povo brasileiro está ao lado do povo chileno. Condena com toda a energia o golpe militar dos lacaios dos Estados Unidos, que atingiu não somente o Chile mas toda a América Latina, assim como o apoio que lhes prestaram os generais fascistas do Brasil. Protesta contra o assassinato em massa de patriotas e democratas. Repudia as infames perseguições aos asilados políticos". E ainda: "Pinochet, Leigh, Bonilha et caterva (...) obedecendo planos traçados em Washington, cumprem o indigno papel de gendarmes do capital financeiro contra seu próprio povo".

Desde quando os chineses começaram a falar na teoria dos três mundos, atribuída a Mao Tsetung, o PC do Brasil tomou posição clara contra essa tendência oportunista que, mais tarde, ainda em vida de Mao, se transformou na estratégia global do PCCh e da China. Aqui esboçava-se a traição completa à revolução e ao socialismo e começava a definir-se, por inteiro, o revisionismo chinês.

Condenamos, em especial, as posições do Partido e do Governo da China quanto à problemas relacionados com questões internas do Brasil. Depois de o PC do Brasil ter tomado decisão pública contra o Acordo Nuclear com a Alemanha Federal, acordo prejudicial aos interesses maiores do nosso povo, os chineses, por diversas vezes e em diferentes níveis, manifestaram-se favoráveis a esse Acordo, elogiando os que o haviam concertado. Fez o mesmo com referência ao projetado Pacto do Atlântico Sul, concebido pelos Estados Unidos, no qual ocuparia lugar importante a Africa do Sul, racista.

Expressamos aos chineses o nosso desacordo com a maneira como foi feito o restabelecimento de relações diplomáticas com o Brasil. Numa circular interna a todas as organizações partidárias, dávamos a conhecer, imediatamente após à formalização do ato diplomático, nossa discordância a esse respeito. Diziamos: "O estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Brasil foi colocado pelo governo chinês num plano político muito 'amplo'. O Comunicado do Governo da China acentua tratar-se não apenas de relações entre Estados mas também entre os dois povos (como se a ditadura representasse o povo brasileiro). Os camaradas chineses elogiaram a ditadura e atribuíram-lhe posições antiimperialistas e de defesa da independência nacional, posição que ela não tem. Os representantes chineses (no ato oficial do reconhecimento) declararam: 'A China aprecia as justas posições do Brasil nas Conferências Internacionais. Aprecia a luta do Brasil contra o hegemonismo das duas superpotências, em defesa do mar territorial, etc.'. Disseram ainda: 'O Brasil e a China são países em vias de desenvolvimento que devem apoiar-se mutuamente na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo'. Ora, esta apreciação não corresponde ao que pensa o nosso Partido. A ditadura militar-fascista é um regime essencialmente antinacional e antipopular, um regime a serviço dos imperialistas ianques, do capital estrangeiro internacional, da reação interna. Tampouco nos parece correto dizer que 'a China e o Brasil, como países em vias de desenvolvimento, defrontam-se com as mesmas tarefas de salvaguardar a independência e soberania nacionais, desenvolver a economia nacional e lutar contra o hegemonismo e a política das duas superpotências'. Não há dúvida – sublinhamos – que o Brasil dos generais fascistas não enfrenta semelhantes tarefas. Bem ao contrário". Nessa circular, destacavamos que, no período anterior à ditadura, o Partido defendeu em sua plataforma de ação política o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com todos os países democráticos e, em especial, com a China Popular. No entanto, sob um regime militar-fascista consideravamos inoportunas tais relações, particularmente da forma como as mesmas se realizaram.

Em muitas outras questões, que seria fastidioso enumerar, discordamos da orientação seguida pela direção chinesa. Assim, nossas divergências de princípios com o PCCh já vem de longe. Não surgiram após a morte de Mao Tsetung ou com a subida de Hua Kuo-feng, Teng Siao-ping e outros categorizados oportunistas aos postos-chave do Partido e do Estado.

CONTROVÉRSIA PÚBLICA

Nas questões acima mencionadas, o PC do Brasil tomou atitudes prudentes, em círculos fechados, ou de direção para direção. Noutros problemas, porém, adotou posições abertas, através de artigos e documentos editados em A CLASSE OPERÁRIA.

Em abril de 1970, publicamos ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE LÊNIN, da autoria dos camaradas Amazonas e Maurício Grabois. Um dos objetivos deste artigo era contestar a tentativa chinesa de substituir o leninismo pelo pensamento Mao Tsetung. "O centenário do nascimento de Vladimir Ilitch Lênin – diziamos nesse artigo – é uma oportunidade para reverenciar a memória deste profundo pensador revolucionário e para ressaltar a grandiosidade de sua obra e a atualidade de sua doutrina". Respondiamos aí a tese aprovada no IX Congresso do PCCh, realizado em 1969, (no X Congresso explicitou-se que o documento onde se continha essa tese fora elaborado sob a direção pessoal de Mao Tsetung) acerca da definição da época em que vivemos, assunto de fundamental importância para determinar a estratégia da classe operária. Como se sabe, no IX Congresso, o PCCh pôs de lado a definição leninista sobre a época atual – época do imperialismo e das revoluções proletárias – e fez uma nova caracterização da época, desprovida de qualquer fundamento científico. Essa nova caracterização visava respaldar a idéia, amplamente difundida, de que o pensamento Mao Tsetung correspondia a uma suposta terceira etapa do marxismo. No artigo acima mencionado, escrevemos: "Vivendo uma nova época, a época do imperialismo e das revoluções proletárias, **que ainda hoje perdura**, (Lênin) fundamentou as principais questões atinentes à luta dos povos neste período da história da Humanidade". E mais adiante voltamos a acentuar: "Ainda que a Humanidade **continue vivendo** a época do imperialismo e das revoluções proletárias, novos fenômenos sociais e políticos ocorreram, acelerou-se a crise geral do capitalismo e a revolução adquiriu novas dimensões. Tais fenômenos têm de ser interpretados à luz do marxismo-leninismo e as soluções para os problemas da revolução demandam uma compreensão correta da realidade presente e de cada lugar e fidelidade aos princípios revolucionários. A aplicação mecânica da experiência de outros povos não poderá conduzir à vitória". Com esse artigo, procuravamos armar o Partido, política e ideologicamente, a fim de não se deixar levar pelas falsas teses maoistas. Mais tarde, no X Congresso do PCCh, Chu En-lai, sem nenhuma palavra de autocrítica, corrigia superficialmente o erro do IX Congresso, afirmando que a época atual continuava a ser aquela formulada por Lênin.

Em janeiro de 1971, publicou-se SOLUÇÕES ILUSÓRIAS. Então, a China começava a dizer, como Fidel Castro, que os generais peruanos estariam edificando uma nação independente, encontrar-se-iam em posições antiimperialistas conseqüentes. O reformismo ganhava vulto. Também Allende e Torres, no Chile e na Bolívia, eram elogiados sem restrições. Da mesma maneira como já faziam os soviéticos, os chineses tratavam de cortejar os militares da América Latina. Nesse artigo, afirmavamos: "Os generais do Peru e de outros países, prometendo reformas, apresentam-se, em palavras, como antiimperialistas e defensores da soberania nacional, como executores de uma política progressista. No fundamental, continuam a manter a aliança com os Estados Unidos e a proteger os interesses da reação interna". E mais: "A política de reformas dos revisionistas ou o apoio, sem reservas, aos chamados generais nacionalistas corresponde a abdicar da luta pela hegemonia do proletariado na revolução. Os que adotam tal posição colocam-se a reboque da burguesia, submetem-se aos militares

nacionalistas. Esperam que eles resolvam gradativamente as questões cruciais do país. Renunciam a idéia da revolução e se transformam em colaboradores e auxiliares dos generais e dos políticos burgueses".

Em junho de 1971, saía o artigo 200 MILHAS E DEMAGOGIA. Nele, respondiamos abertamente a tese chinesa sobre o pretenso caráter antiimperialista da posição de governos reacionários e entreguistas que adotavam a fórmula das 200 milhas de águas territoriais. Diziamos: "Pouco a pouco, vão se tornando claros os verdadeiros objetivos dos militares brasileiros ao estender o mar territorial para 200 milhas. É cada vez maior o número daqueles que se perguntam: como pretendem defender os interesses brasileiros no mar os generais que realizam uma descarada e aberta política de entrega do país aos imperialistas estrangeiros, principalmente aos norte-americanos? Se não defendem as riquezas existentes na terra, como defenderão os recursos do mar? A atitude dos militares brasileiros não passa, pois, de demagogia barata, de tentativa de engodo para encobrir a verdadeira traição aos interesses de nosso povo".

No mês seguinte, em julho de 1971, voltavamos ao mesmo tema com o artigo ANTIIMPERIALISMO DE FACHADA. Os generais brasileiros posavam de nacionalistas com o decreto de Médici sobre as 200 milhas. "Diante de tais posições demagógicas – escreviamos – alguns círculos políticos do país e do exterior (aqui nos referiamos implicitamente aos chineses) opinam que tais posições têm cunho antiimperialista e exprimem resistência aos monopólios dos Estados Unidos. Deixam entender que estas atitudes do governo militar-fascista contribuem para isolar o mais ferrenho inimigo da Humanidade". E respondiamos: "São opiniões profundamente errôneas, bastante prejudiciais à luta de libertação nacional do povo brasileiro", acentuando ainda que "seria trágico engano considerar as medidas demagógicas de Garrastazu Médici e seus comparsas como posições antiimperialistas. Significaria aceitar o falso como o verdadeiro antiimperialismo".

Ainda nesse artigo, rebatiamos os argumentos já invocados pelos chineses para justificar o chamado terceiro mundo, assim como a aliança dos povos com as forças reacionárias internas. Assinalavamos, com referência à frente antiimperialista, tanto na esfera nacional como mundial, ser "necessário discernir com bastante clareza o verdadeiro do falso antiimperialismo, o verdadeiro do falso anti-revisionismo, os que são contra dos que são a favor do imperialismo". E acrescentavamos: "Seria absurdo considerar aliadas as forças reacionárias estreitamente ligadas, por interesses próprios, aos monopolistas ianques, deixar-se embair por atitudes pseudo-antiimperialistas de tais forças. O verdadeiro antiimperialismo opõe-se decididamente à dominação estrangeira, desmascara a penetração do capital norte-americano, denuncia suas manobras, condena com veemência a política belicista de Washington. Objetiva sacudir o jugo da opressão imperialista. Funde-se com o movimento democrático pelas liberdades e pelas reivindicações mais sentidas do povo". Mais adiante, sublinhavamos: "A frente antiimperialista (...) deve dirigir seu gume contra o imperialismo e seus sustentáculos internos (...) não teria sentido se deixasse, por um momento sequer, de combater os reacionários, apoio fundamental da dominação ianque. Tudo que leve a arrefecer este combate ou que sirva para encobrir o caráter antinacional e antipopular da ditadura é nocivo e merece ser energicamente repelido".

Em julho de 1973, publicavamos ACERCA DA LUTA ANTIIMPERIALISTA. Neste artigo, a controvérsia com os chineses alcançava um ponto mais alto. Questionavamos as teses revisionistas então em voga na China, opunhamo-nos em essência à teoria dos três mundos. Escreviamos: "Difunde-se a idéia de que o imperialismo, debilitado depois da Segunda Guerra Mundial, vai perdendo posição após posição, reduzindo-se por conseguinte o campo de atividade e o volume da sua exploração. Pouco a pouco, os povos estariam se libertando por meios pacíficos da dominação estrangeira e construindo uma nova vida com liberdade e independência". Prosseguiamos: "Indica-se o exemplo de países do chamado Terceiro Mundo (alusão direta aos chineses) como prova de que a burguesia e até mesmo latifundiários são capazes de dirigir conseqüentemente o movimento de libertação nacional. Unindo-se num bloco independente – dizem – os países débeis, sob a direção dessas forças, conseguirão desenvolver-se plenamente e opor-se com decisão aos potentes monopólios. De semelhantes raciocínios desaparecem as diferenças de regimes sociais e a luta de classes, a revolução e a hegemonia do proletariado". E frizavamos ser "incorreto identificar o verdadeiro movimento democrático e antiimperialista com a política dos governos de países dependentes e semicoloniais, partíndo de certas posições contrárias aos monopólios adotadas por esses governos. Em alguns casos esta identidade pode ocorrer, mas não é a regra. Se se admite tal incongruência, abandona-se a idéia da revolução e a frente-única passa a ser tão ampla que perde as suas reais características, incluindo forças sumamente reacionárias". Nesse artigo refutavamos ainda as teses falsas chinesas sobre o caminho da revolução, sobre a força dirigente da revolução, sobre a perspectiva da luta antiimperialista. "É falsa – diziamos – tanto teórica como politicamente, a perspectiva de **terceira posição** apresentada por certas correntes ao movimento antiimperialista". "A verdadeira perspectiva do movimento antiimperialista só pode ser o socialismo".

Em fevereiro de 1976, no artigo UM ENGODO A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL, verberavamos indiretamente, a conduta dos dirigentes chineses que viam no projetado Pacto do Atlântico Sul fator positivo a ser estimulado. Destacavamos: "A nação brasileira não tem razões para inserir-se nos planos agressivos de superpotências imperialistas. URSS e Estados Unidos são fautores de uma guerra de bandidos contra a liberdade e a independência dos povos. Suas táticas diferem, mas suas estratégias são uma só – o domínio do mundo. Entre os dois, é difícil distinguir qual o menos perigoso ou o menos rapace. Ambos se equivalem em banditismo, ferocidade, ambição desmedida, opressão e exploração das grandes massas. Aliar-se a um deles, precisamente ao que mais nos espolia, para combater o outro, também espoliador, seria verdadeira calamidade. O Brasil não tem por quê aderir a pactos de caráter profundamente reacionário ou participar de aventuras sangrentas que comprometerão a soberania nacional e acarreterão tremendo ônus, em recursos e vidas, à sua população. Na guerra imperialista corre o sangue de milhões de pessoas unicamente para que um dos antagonistas alcance seus objetivos hegemônicos e espoliadores. Por isso, é dever dos povos responder à guerra com a revolução".

Note-se que a atual direção chinesa, de má fé e num flagrante desrespeito aos Partidos marxistas-leninistas da América Latina, atribuiu à intromissão do PTA uma formulação contida na Declaração Conjunta desses Partidos, de **novembro de 1976**, na qual se afirma ser um grande erro aliar-se a uma das superpotências para lutar contra a

outra. (A referida Declaração Conjunta diz: "A luta de libertação dirige-se contra as duas superpotências imperialistas. Se é certo que o inimigo principal varia de acordo com as distintas zonas do mundo, seria um grande erro nestas circunstâncias descuidar a ameaça que representa a outra superpotência, aliar-se a uma delas para combater a outra"). Como se vê, no artigo acima, desde **fevereiro de 1976**, o PC do Brasil empregava essa expressão para ressaltar a necessidade da luta contra as duas superpotências.

A partir de 1977, publicamos uma série de artigos em A CLASSE OPERÁRIA, bastante difundidos, já então desmascarando o revisionismo chinês. Neles, aprofundamos nossa compreensão do verdadeiro significado da teoria dos três mundos – estratégia contra-revolucionária do PCCh e base de sua política de aliança com o imperialismo, em especial o norte-americano, e com a reação mundial.

HIPOCRISIA E DUBIEDADE

Nas relações entre o PC do Brasil e o PC da China, sobretudo no período de 1963 a 1969, havia aspectos positivos e bastante úteis. A grande polêmica com os revisionistas conduzida pelo PCCh, ajudou o nosso Partido, assim como certas opiniões políticas por ele sustentadas até o fim da década de 60. Difundimos no Brasil, amplamente, os materiais chineses dessa época.

Observavamos, porém, o que nos parecia estranho, dubiedade e hipocrisia por parte da direção chinesa.

Dizia-se a favor das boas relações entre os partidos marxistas-leninistas da América Latina. Mas, furtivamente, esforçou-se para fazer malograr, no último momento, a iniciativa desses partidos de editar, no Chile, uma revista de âmbito continental visando a difundir as experiências de luta dos povos latino-americanos.

Manifestava formalmente apoio ao nosso Partido e fazia largos gestos de amizade nos contatos que tinha com as delegações do Comitê Central. No entanto, sub-repticiamente, tentou organizar outro partido no Brasil, transformando a AP (Ação Popular) numa organização concorrente do PC do Brasil. Opondo-se a essa tentativa, nosso Partido realizou séria luta ideológica contra a tese do "partido de tipo inteiramente novo", apregoada pelos chineses e ajudou, assim, a AP a evoluir no sentido do marxismo-leninismo e de sua incorporação ao PC do Brasil. Justamente essa tese, apoiada na qual os chineses queriam criar em nosso país o partido maoista da suposta terceira etapa do marxismo-leninismo, serviu de base à divisão que se verificou nas fileiras da AP. Alguns de seus dirigentes alegavam então que o PC do Brasil embora fosse um partido marxista-leninista não era, porém, um "partido de tipo inteiramente novo". Também a direção chinesa acolheu fracionistas da chamada Ala Vermelha, um grupo de aventureiros expulsos do Partido, ajudou-os e estimulou-os. Não conseguiu, contudo, seu objetivo. A luta do PC do Brasil derrotou suas pretensões antipartidárias.

Afirmava repetidamente apoiar a luta revolucionária dos povos por sua emancipação nacional e social. Entretanto, durante os quase três anos da resistência

guerrilheira do Araguaia, nem a Rádio Pequim, nem a imprensa chinesa exprimiram qualquer solidariedade política a esse movimento que despertou viva simpatia em todo o mundo.

Pronunciava-se solenemente contra o tratamento de partido-pai e partido-filho nas relações com as organizações marxistas-leninistas. Na prática, porém, assim se comportava. Os chineses não admitiam reuniões regionais ou multinacionais dos partidos, intervinham no sentido de impedir tais reuniões. Opunham-se a qualquer encontro internacional ou à declarações conjuntas desses partidos porque queriam ser o partido-pai, cuja linha deveria ser seguida incondicionalmente por toda a família comunista mundial. Temiam essas reuniões uma vez que nelas podiam surgir opiniões contrárias à sua linha. Afastavam-se, pois, da verdadeira orientação revolucionária, dos princípios consagrados do internacionalismo proletário.

Ainda recentemente, em fins de 1976, quando nos comunicaram suas divergências com o Partido do Trabalho da Albânia, os dirigentes chineses diziam-se prontos a resolvê-las pelos canais partidários, em discussões de alto nível. Todavia, recusaram durante anos a proposta sempre renovada dos camaradas albaneses para o envio de uma delegação de alto nível à China a fim de discutir essas divergências.

Notavamos, também, certas atitudes incoerentes. A direção chinesa falava em não cessar a polêmica com os soviéticos. Mao Tsetung chegou a enfatizar que ela duraria dez mil anos... Mas essa polêmica os chineses suspenderam faz muito tempo, praticamente depois que Brezhnev assumiu o comando do PCUS, e sem consultar a ninguém. A polêmica da China contra a URSS, desde há alguns anos, limita-se unicamente ao plano estatal e ao da política exterior. Não entra na esfera ideológica, no campo teórico, onde se pode efetivamente esclarecer a traição revisionista e defender a revolução proletária.

Incompreensível nos parecia, igualmente, a conduta da direção chinesa face ao movimento comunista mundial. Ela não respondia as idéias errôneas, oportunistas, contra-revolucionárias em circulação nos quatro cantos do mundo. Após os artigos do início da década de 60, nada mais disse sobre os revisionistas europeus, sobre o titismo, sobre o centrismo, etc. Deixava os outros falar em defesa da China, mas ela mesma ficava calada. Nem sequer publicara nossa CARTA ABERTA A FIDEL CASTRO, na qual fizeramos uma justa defesa da China Popular. Ao que parece, esperava ainda atrair Cuba, que pertencia ao **terceiro mundo**... Precisamente para criticar, indiretamente, essa posição, escrevemos em ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE LÊNIN: "Em nenhum momento, Lênin conciliou com os tergiversadores do marxismo ou com os falsos doutrinadores revolucionários. Desde os populistas russos até Kautski, assim como os oportunistas de direita e de 'esquerda' nos primeiros anos da Revolução de Outubro – todos foram energicamente combatidos por Lênin. Destacava ao máximo a importância da luta ideológica como uma das formas da luta de classes. Não deixou sem resposta qualquer tese ou opinião errônea, dentro e fora da Rússia, que circulasse no movimento operário. Tinha em conta que as concepções contrárias aos interesses do proletariado, difundidas sem contestação, mesmo em âmbito estreito, podem causar prejuízos e transformar-se em entraves de maior envergadura".

Essa dubiedade e hipocrisia da direção chinesa patenteou-se uma vez mais quando da presença na China, em fins de 1976, de uma delegação do Comitê Central, chefiada pelo camarada Amazonas. Os chineses falavam em relações cordiais e respeito às opiniões dos partidos irmãos, elogiavam o PC do Brasil. Mas, durante sua estada naquele país, nossa delegação sofreu intensa e abusiva pressão para apoiar a luta contra o chamado bando dos quatro assim como a ascensão dos novos dirigentes do PCCh, em particular Hua Kuo-feng. Afirmamos não pretender imiscuir-nos em problemas internos desse Partido, tanto mais que a mudança de direção se fazia em meio a aguda luta interna. Sem conhecer em profundidade as causas dessa luta e a verdade dos fatos, qualquer apoio de nossa parte seria injustificável, puro seguidismo. Estranhou-nos o ataque desabrido ao PTA e ao seu dirigente máximo, o camarada Enver Hodja. Por que os atacavam? Não eram fundamentadas e sinceras suas posições revolucionárias? A par do ataque ao PTA, a direção chinesa concentrou sua hostilidade na Declaração Conjunta dos Partidos marxistas-leninistas da América Latina, de novembro de 1976. Via nesse documento, claro e irrefutável, um ataque à linha do PCCh e queria-nos obrigar a renunciar à Declaração. Rechassamos essa exigência e reafirmamos nossa adesão a esse documento e nossa amizade com o PTA bem como o desejo de continuar mantendo boas relações com o PCCh. Nas entrevistas com os dirigentes chineses expusemos de maneira sistemática uma série de divergências teórias e políticas com a orientação chinesa, que não obteve resposta. Vendo que nos mantínhamos firmes nas posições de princípios, os chineses, em particular Keng Piao, membro do Birô Político, desbragaram-se em verdadeiros insultos ao PTA e também ao PC do Brasil, repelidos com dignidade pela nossa delegação.

O REVISIONISMO CHINÊS ESTÁ PRESENTE NA OBRA DE MAO

O revisionismo chinês não é um acidente, nem criação única dos atuais dirigentes chineses. Estes, tendo à frente Hua Kuo-feng e Teng Siao-ping, são direitistas empedernidos, inimigos do socialismo, que levam às últimas conseqüencias a linha pragmática e nacionalista de seus antecessores. Tiram as máscaras com incrível rapidez e, sob seu comando, a China abandona toda veleidade revolucionária. É um campo de disputa do capital estrangeiro com a ajuda do qual aspira a transformar-se em superpotência social-imperialista.

O revisionismo chinês está presente na obra de Mao Tsetung. E na atuação oportunista, pragmatista, de Chu En-lai.

Esse revisionismo, como um sistema de idéias, só recentemente chamou nossa atenção. Na atualidade, o Comitê Central do PC do Brasil estuda mais aprofundadamente o caráter do denominado pensamento Mao Tsetung, os caminhos trilhados pela Revolução Chinesa, a força que dirigiu essa revolução, etc. Tem já uma opinião geral, fundada na análise dos fatos e no exame das idéias maoistas, opinião baseada no marxismo-leninismo.

A obra de Mao Tsetung é eclética e, portanto, não marxista-leninista. Se é certo que nela existem opiniões corretas ou aproximadamente corretas, há também e em grande número juízos incorretos que refletem concepções não proletárias do mundo.

Justamente estas concepções conformam as bases do seu pensamento. Não se pode negar que Mao Tsetung tenha sido um destacado revolucionário, a vida mesma o comprovou com a vitória da Revolução Chinesa. Mas não foi um revolucionário proletário, socialista, empenhado em contribuir para a transformação comunista do mundo. Foi um revolucionário pequeno-burguês, fundamentalmente um intérprete das aspirações revolucionárias do campesinato da China. Colocado à frente do PCCh, procurou associar, no pensamento e na ação, a concepção em que se baseia o Partido com as idéias não-proletárias que cultivava. Esta mescla de concepções passava despercebida, em boa parte, devido ao caráter agrário e antiimperialista, nacional e democrático da revolução em sua primeira etapa. Vencida essa primeira etapa, a mescla começou a evidenciar-se. Se em teoria Mao defendia a ditadura do proletariado, na prática não compreendia essa necessidade, nem o papel dirigente da classe operária. Sua concepção do Estado não corresponde plenamente aos traços essenciais da ditadura do proletariado concebida pelos clássicos do marxismo. A Democracia Popular, ou a Nova Democracia, por ele fundamentada, é na realidade um Estado de tipo burguês-reformista, formalmente dirigido pela classe operária. Como ele mesmo disse: "uma forma original de Estado", que deveria existir na China "durante muito tempo como um poder de aliança de várias classes democráticas". Se bem que na China, depois da revolução, o Estado tivesse tomado algumas medidas de socialização da economia e de utilização do capitalismo de Estado, tudo indica que o Estado chinês não chegou a ultrapassar os limites da primeira etapa da revolução e que o proletariado, nem diretamente nem através do Partido, exerceu a sua ditadura de classe.

O caminho traçado por Mao Tsetung para levar adiante a revolução na China não podia conduzir à construção do socialismo, mas ao capitalismo. Quem lê AS DEZ RELAÇÕES, de sua autoria, que serviu de base ao VIII Congresso do PCCh, em 1956, constata nitidamente essa verdade. Não por acaso, cada uma das dez relações, referentes à via de edificação da nova China, é precedida da afirmação de que difere da orientação leninista de Stálin na construção do socialismo na URSS, da experiência fundamental da Revolução de Outubro. Embora cada país socialista apresente formas diferenciadas de Estado e adote caminhos adequados ao seu desenvolvimento, relacionados com a especificidade nacional e o nível de suas forças produtivas, a essência do Estado e da construção é uma só: ditadura do proletariado e regime socialista, proletário, antagônico ao capitalismo em todos os aspectos. Nesse regime não pode haver coexistência de socialismo e capitalismo, de burguesia e classe operária, de democracia para a maioria e também para a minoria exploradora, não pode existir supervisão do Partido Comunista pelos partidos burgueses ou pequeno burgueses tal como é apresentado em AS DEZ RELAÇÕES, recém-publicadas.

Não pretendemos aqui apreciar os diferentes aspectos do pensamento Mao Tsetung. Oportunamente, em outros trabalhos, trataremos de examinar essa questão. Por agora, desejamos somente situar nossa posição com referência à origem do revisionismo chinês, a fim de ressaltar a maneira como encaramos os erros, as deturpações do PCCh, a sua conduta atual.

DIFÍCIL A IDENTIFICAÇÃO DOS ERROS GLOBAIS

O PC do Brasil nunca foi um partido maoista, ou da "linha chinesa". Quando se reorganizou, em fevereiro de 1962, não tinha qualquer contato com o PCCh. Nunca

dissemos que Mao Tsetung era clássico do marxismo-leninismo, tal como apregoava a direção chinesa. Refutamos essa idéia há mais de uma década, exatamente em 1967. De um modo geral, não absorvemos as opiniões incorretas do PCCh ou de Mao Tsetung. O documento do PC do Brasil que mais se aproxima das idéias chinesas é o da Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil. Logo no início desse documento dizemos que o elaboramos apoiados no marxismo-leninismo e também nas contribuições de Mao, que generalizou a experiência militar chinesa. Mas são evidentes as diferenças entre um e outro caminho: na questão das cidades (que têm grande importância no Brasil e não tiveram na China); na questão da direção (no Brasil a cidade dirige o campo e não ao revés como na China); no coroamento da revolução (entrosamento da luta nas cidades com a luta no campo e não o cerco das cidades pelo campo), etc. A enumeração das divergências com esse partido assim como a publicação de artigos contestando seus pontos de vista indicam que o PC do Brasil estava atento e não aceitava as concepções falsas dali provenientes.

Mas se é certo que evitamos transpor mecanicamente as idéias errôneas do PCCh e de Mao para a linha do nosso Partido, se é certo que mantivemos independência nas relações com o Partido Comunista da China, o mesmo não podemos dizer da posição pública que tomamos a respeito de Mao Tsetung e do PCCh. Elogiamos muitas vezes Mao Tsetung e o seu Partido. Dissemos que ele era um grande marxista-leninista e que o PCCh era um partido revolucionário, marxista-leninista. Elogiamos também a Revolução Cultural, que, se de um lado, combatia o imperialismo norte-americano, o revisionismo, os inimigos do socialismo, de outro lado, destruía organizações do Partido, alentava falsas opiniões, induzia a desvios sectários que, mais tarde, serviram de argumentos demagógicos aos revisionistas, para enganar as massas, quando de sua volta à cena política. Ainda depois da morte de Mao Tsetung, A CLASSE OPERÁRIA tirou uma edição especial com artigos exageradamente laudatórios.

Por que isto ocorreu? Não estavamos convencidos de que havia numerosas idéias e orientações inaceitáveis de Mao e do PCCh? Por que, de uma parte combatiamos as opiniões errôneas e, de outra, elogiavamos seus autores?

Nesse particular, sem dúvida, nossa conduta foi contraditória. A fonte dessa contradição reside numa série de fatores objetivos e subjetivos. Viamos certos erros de Mao e do PCCh. Mas encaravamos tais erros como parciais, isolados, sem conexão interior. Parecia-nos simples desvios da linha geral, corrigíveis a curto e a médio prazo. Os próprios vaivéns da orientação chinesa contribuíam para esse nosso raciocínio, como contribuíam também suas repetidas afirmações de que a China jamais mudaria de cor, de que lutava contra os seguidores do caminho capitalista, de que o Partido era a força dirigente, etc. Só no curso de 1977 pudemos alcançar uma compreensão melhor e mais profunda do caráter global dos erros de princípios e de sua significação como orientação revisionista, que tomou corpo na teoria dos três mundos.

A maneira de encarar os erros enquadrava-se para nós num contexto de grande complexidade. Sentiamos a necessidade de destacar o papel de Mao Tsetung e do PCCh, depois da traição da União Soviética ao socialismo. Objetivamente – parecia-nos – a China colocava-se à vanguarda do movimento operário e comunista mundial e cabia ao PCCh e a Mao o posto dirigente desse movimento. Segundo entendiamos, a China

constituía o baluarte mais avançado e poderoso do socialismo no mundo. Contra ela voltavam-se (durante certo tempo) todos os inimigos, em particular, a URSS revisionista e os Estados Unidos.

A Revolução Cultural, tida como vigoroso movimento revolucionário de massas contra os adversários do socialismo, aparentava ser algo grandioso, transformador da sociedade. Ainda que tivessemos ressalvas a essa revolução, acreditavamos ser útil exaltá-la como meio de fortalecer o movimento revolucionário e combater o revisionismo. As palavras-de-ordem aí divulgadas – "Ousar lutar, ousar vencer", "O pequeno pode desafiar e derrotar o grande", "É preciso fazer a revolução" e outras semelhantes tinham grande repercussão, suscitavam ações combativas de massas.

Ademais, a partir da Revolução Cultural cresceu o coro da exaltação a Mao Tsetung, apresentado como o maior marxista-leninista da atualidade. Todos falavam assim, e nós também. Deixamo-nos arrastar pela onda da propaganda chinesa sem maior espírito crítico. Em parte, porque também assim acreditavamos, não obstante as reservas que faziamos.

Era difícil para nós, sobretudo até o fim dos anos 60, identificar os erros globais e de princípios da direção chinesa. Pouco conheciamos da atividade e orientação do PCCh, antes e depois da vitória da revolução. Os chineses têm por hábito conservar sem divulgação por anos seguidos boa parte dos seus documentos básicos. Até hoje não elaboraram nenhuma história do movimento comunista na China. Trabalham de maneira fechada, escondem, na prática, a realidade concreta de sua atuação, o desenvolvimento do pensamento que a conduz. Durante a Revolução Cultural não permitiram aos estrangeiros, mesmo dirigentes de partidos marxistas-leninistas, examinar *in loco* os acontecimentos em curso. Não saíu um só documento mais aprofundado de análise dessa luta. Tudo se resumia a diretivas do presidente Mao, interpretadas ao sabor das circunstâncias e das conveniências de cada grupo e do momento, cujos acertos ou desacertos tornavam-se confusos, difíceis de serem avaliados.

Tais os fatos que explicam nossa atitude contraditória no que respeita ao PCCh e a Mao Tsetung. De qualquer modo, é necessário continuar examinando nossas posições a fim de tirar as lições pertinentes e aprofundar o nosso conhecimento dessa experiência vivida pelo movimento comunista mundial.

Os partidos proletários avançam em sua formação revolucionária no fogo da luta de classes, no desmascaramento das idéias e práticas não marxistas-leninistas, na análise dos erros cometidos. O PC do Brasil, que deu provas de amadurecimento ideológico e político no confronto com a orientação chinesa, há de prosseguir no esforço para assimilar cada vez mais e melhor a grande doutrina da classe operária de modo a poder cumprir, com honra, sua missão histórica.